

RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA

Curso de DIREITO ADMINISTRATIVO

11^a
edição

Revista,
atualizada
e ampliada



EDITORA
MÉTODO

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 02.01.2023
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

O51c

Oliveira, Rafael Carvalho Rezende

Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. - 11. ed. - Rio de Janeiro : Método, 2023.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-596-4733-0

1. Direito administrativo. 2. Serviço público - Brasil - Concursos. I. Título.

22-81495

CDU: 32:9(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643



SUMÁRIO

ABREVIATURAS.....	XLIII
-------------------	-------

CAPÍTULO 1 – DIREITO ADMINISTRATIVO: GÊNESE E EVOLUÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....

1.1	Origem do direito administrativo.....	1
1.2	Conceito de direito administrativo.....	3
1.3	Sistemas administrativos: sistema de jurisdição una (sistema inglês) e sistema do contencioso administrativo ou dualidade de jurisdição (sistema francês)	4
1.4	Direito administrativo comparado e brasileiro.....	4
1.4.1	França.....	4
1.4.2	Alemanha.....	5
1.4.3	Itália.....	5
1.4.4	Espanha.....	5
1.4.5	Portugal.....	6
1.4.6	Argentina.....	6
1.4.7	Inglaterra e Estados Unidos.....	6
1.4.8	Direito Administrativo comunitário e Direito Administrativo global	7
1.4.9	Brasil.....	7
1.5	Ausência de codificação do direito administrativo e pluralidade de fontes.....	8
1.6	Taxinomia do direito administrativo: relações com outros ramos do direito.....	9
1.7	Evolução do Estado e do direito administrativo.....	10
1.8	A constitucionalização do direito administrativo e a valorização dos princípios constitucionais.....	12
1.9	Mutações e tendências do direito administrativo.....	14
1.10	Resumo do capítulo	16

CAPÍTULO 2 – FONTES, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....

2.1	Fontes do direito administrativo.....	19
2.1.1	Lei (juridicidade)	20
2.1.2	Doutrina.....	21
2.1.3	Jurisprudência	21

2.1.4	Costumes	22
2.1.5	Precedentes administrativos e praxes administrativas.....	23
2.2	Interpretação do direito administrativo.....	25
2.3	Integração do direito administrativo.....	28
2.4	Resumo do capítulo	29
CAPÍTULO 3 – PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO		31
3.1	A força normativa dos princípios no pós-positivismo: distinção entre princípios e regras	31
3.2	Princípios do direito administrativo em espécie	34
3.2.1	Princípio da legalidade (juridicidade).....	34
3.2.2	Princípio da impessoalidade	36
3.2.3	Princípio da moralidade	36
3.2.4	Princípio da publicidade.....	37
3.2.5	Princípio da eficiência.....	41
3.2.6	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.....	43
3.2.7	Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado (princípio da finalidade pública)	45
3.2.8	Princípio da continuidade	47
3.2.9	Princípio da autotutela.....	49
3.2.10	Princípios da consensualidade e da participação	49
3.2.11	Princípios da segurança jurídica, da confiança legítima e da boa-fé.....	53
3.3	Resumo do capítulo	58
CAPÍTULO 4 – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONCESSÕES E TERCEIRO SETOR		63
4.1	Transformações do Estado e nova organização administrativa.....	63
4.2	Federação e o princípio da separação de poderes: o exercício da função administrativa.....	66
4.3	Desconcentração e descentralização administrativa.....	68
4.4	A organização administrativa em setores: 1.º setor (Estado), 2.º setor (mercado) e 3.º setor (sociedade civil).....	70
4.5	Administração pública e seus sentidos: subjetivo e objetivo.....	71
4.6	Administração pública e governo	71
4.7	Administração pública direta e indireta	72
4.8	Entidades da administração pública indireta.....	73
4.9	Características comuns das entidades administrativas.....	74
4.9.1	Reserva legal.....	74
4.9.2	Controle ou vinculação	75
4.10	Resumo do capítulo	77
CAPÍTULO 5 – ÓRGÃOS PÚBLICOS		81
5.1	Conceito	81
5.2	Teorias dos órgãos públicos.....	82

5.3	Criação e extinção.....	83
5.4	Capacidade processual ou judiciária.....	83
5.5	Capacidade contratual e o contrato de gestão (ou de desempenho).....	85
5.6	Classificações.....	87
5.7	Resumo do capítulo.....	89
CAPÍTULO 6 – AUTARQUIAS.....		91
6.1	Conceito.....	91
6.2	Criação.....	91
6.3	Objeto.....	91
6.4	Regime de pessoal.....	92
6.5	Patrimônio.....	93
6.6	Atos e contratos.....	94
6.7	Foro processual.....	95
6.8	Responsabilidade civil.....	95
6.9	Prerrogativas especiais.....	95
6.10	Classificações.....	96
6.11	Autarquias e qualificações especiais: agências executivas, agências reguladoras e associações públicas.....	97
6.12	Resumo do capítulo.....	98
CAPÍTULO 7 – AGÊNCIAS REGULADORAS.....		101
7.1	Origem, fontes normativas e fundamentos.....	101
7.2	Atividade regulatória.....	103
7.3	Classificações das agências reguladoras.....	103
7.4	Regime jurídico especial.....	104
7.4.1	Poder normativo e deslegalização.....	104
7.4.1.1	Lei e superveniência de ato regulatório: revogação diferida.....	106
7.4.1.2	Atos regulatórios x atos regulamentares.....	107
7.4.2	Autonomia administrativa.....	108
7.4.2.1	Estabilidade reforçada dos dirigentes.....	108
7.4.2.2	Impossibilidade de recurso hierárquico impróprio.....	110
7.4.3	Autonomia financeira e as taxas regulatórias.....	111
7.5	Governança regulatória e controle das agências reguladoras.....	111
7.6	O risco da teoria da captura e a legitimidade das agências reguladoras.....	113
7.7	Resumo do capítulo.....	114
CAPÍTULO 8 – EMPRESAS ESTATAIS: EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA.....		117
8.1	Conceito e estatuto jurídico (Lei 13.303/2016).....	117
8.2	Empresas públicas x sociedades de economia mista.....	120
8.2.1	Composição.....	120
8.2.2	Forma societária.....	121

8.2.3	Foro competente para julgamento dos litígios.....	121
8.3	Criação	122
8.4	Objeto	123
8.5	Regime societário.....	125
8.6	Regime de pessoal.....	130
8.7	Patrimônio	131
8.7.1	Penhora	131
8.7.2	Usucapião.....	132
8.8	Atos e contratos.....	132
8.9	Responsabilidade civil.....	133
8.10	Controle do tribunal de contas	134
8.11	Imunidade tributária	135
8.12	Falência.....	136
8.13	Resumo do capítulo	137
CAPÍTULO 9 – FUNDAÇÕES ESTATAIS.....		141
9.1	Conceito e espécies	141
9.2	Criação	142
9.3	Objeto	143
9.4	Regime de pessoal.....	144
9.5	Patrimônio	144
9.6	Atos e contratos.....	144
9.7	Foro processual.....	145
9.8	Responsabilidade civil.....	145
9.9	Prerrogativas especiais	145
9.10	Controle.....	145
9.11	Resumo do capítulo	146
CAPÍTULO 10 – CONSÓRCIOS PÚBLICOS		149
10.1	Conceito e fontes normativas	149
10.2	Características principais dos consórcios públicos antes e depois da Lei 11.107/2005....	151
10.2.1	Consórcios públicos antes da Lei 11.107/2005	151
10.2.2	Consórcios públicos após a Lei 11.107/2005.....	152
10.3	Constitucionalidade das normas gerais sobre consórcios	153
10.4	Partícipes do consórcio público	154
10.5	Procedimento para instituição do consórcio público	155
10.5.1	Protocolo de intenções.....	155
10.5.2	Autorização legislativa	156
10.5.3	Contrato de consórcio.....	156
10.5.4	Personificação do consórcio.....	156
10.5.5	Contrato de rateio.....	156
10.5.6	Contrato de programa.....	157
10.6	Consórcio público de direito público: associação pública.....	158

10.6.1	Natureza jurídica: autarquia interfederativa	158
10.6.2	Criação	161
10.6.3	Objeto.....	161
10.6.4	Regime de pessoal.....	161
10.6.5	Patrimônio.....	162
10.6.6	Atos e contratos.....	163
10.6.7	Foro processual.....	163
10.6.8	Responsabilidade civil.....	163
10.6.9	Controle do Tribunal de Contas	164
10.7	Consórcio público de direito privado	164
10.7.1	Natureza jurídica: fundação estatal de direito privado interfederativa	164
10.7.2	Criação	164
10.7.3	Objeto.....	165
10.7.4	Regime de pessoal.....	165
10.7.5	Patrimônio.....	165
10.7.6	Atos e contratos.....	165
10.7.7	Foro processual	166
10.7.8	Responsabilidade civil.....	166
10.7.9	Controle do Tribunal de Contas	166
10.8	Resumo do capítulo	166
CAPÍTULO 11 – CONCESSÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....		169
11.1	Modalidades de concessão de serviço público.....	169
11.2	Concessão comum de serviços públicos.....	169
11.2.1	Conceito, fontes normativas e modalidades.....	169
11.2.2	Concessão de serviço público e autorização legislativa	170
11.2.3	Concessão x permissão de serviço público	171
11.2.4	Remuneração do concessionário: tarifas e receitas alternativas	172
11.2.5	Licitação: peculiaridades.....	173
11.2.5.1	Projeto básico, projeto executivo e Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): elaboração por entidades privadas e participação na licitação para contratação de concessão comum de serviços públicos.....	174
11.2.5.2	Modalidades de licitação	176
11.2.5.3	Tipos de licitação	176
11.2.5.4	Contratação direta: dispensa e inexigibilidade.....	177
11.2.6	Contrato de concessão comum: peculiaridades	178
11.2.6.1	Cláusulas essenciais.....	178
11.2.6.2	Prazo.....	178
11.2.6.3	Prorrogação	178
11.2.6.4	Subcontratação, subconcessão e transferência da concessão ou do controle acionário.....	179
11.2.6.5	Alteração contratual.....	181

11.2.6.6	Encargos do poder concedente e da concessionária.....	181
11.2.6.7	Direitos e obrigações dos usuários.....	183
11.2.7	Interrupção do serviço público por inadimplemento do usuário.....	184
11.2.8	Gratuidade do serviço público e o contrato de concessão: limites e possibilidades.....	186
11.2.9	Extinção da concessão.....	187
11.2.10	Reversão dos bens.....	189
11.2.11	Responsabilidade civil.....	190
11.3	Concessão especial de serviços públicos (Parcerias Público-Privadas – PPPs).....	190
11.3.1	Origem, fontes normativas e fundamentos.....	190
11.3.2	PPP patrocinada x PPP administrativa.....	192
11.3.3	Características das PPPs.....	194
11.3.3.1	Remuneração do concessionário.....	195
11.3.3.2	Repartição objetiva de riscos.....	196
11.3.3.3	Valor mínimo do contrato.....	197
11.3.3.4	Prazo contratual.....	198
11.3.3.5	Objeto complexo.....	199
11.3.3.6	Concessão comum x concessão especial (PPP).....	199
11.3.4	Licitação: peculiaridades.....	199
11.3.4.1	Projeto básico, projeto executivo e Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): elaboração por entidades privadas e participação na licitação para contratação de concessão especial de serviços públicos (PPPs).....	199
11.3.4.2	Justificativa para formatação da PPP.....	200
11.3.4.3	PPP e responsabilidade fiscal.....	201
11.3.4.4	Edital e consulta pública.....	202
11.3.4.5	Licenciamento ambiental.....	203
11.3.4.6	Necessidade de autorização legislativa em determinados casos ...	203
11.3.4.7	Modalidade de licitação: concorrência, lances de viva voz e inversão de fases.....	203
11.3.4.8	Qualificação técnica e tipos de licitação.....	204
11.3.4.9	Saneamento de falhas.....	204
11.3.5	Sociedade de Propósito Específico (SPE).....	204
11.3.6	Garantias diferenciadas e o Fundo Garantidor de Parcerias (FGP).....	206
11.3.7	Responsabilidade civil nas PPPs.....	208
11.4	Autorização de serviço público: polêmicas.....	208
11.5	Resumo do capítulo.....	209
CAPÍTULO 12 – TERCEIRO SETOR.....		213
12.1	Conceito e fundamentos do terceiro setor.....	213
12.2	Características do terceiro setor.....	214
12.3	Entidades ou qualificações jurídicas no terceiro setor.....	215
12.3.1	Serviços Sociais Autônomos (Sistema S).....	216
12.3.2	Organizações Sociais (OS).....	217

12.3.3	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)	218
12.3.4	OS x OSCIPs: quadro sinótico	220
12.3.5	Fundações de apoio	221
12.3.6	Organizações da Sociedade Civil (OSC)	224
12.4	Aspectos relevantes e controvertidos no Terceiro Setor	231
12.4.1	Foro processual competente para as causas do Terceiro Setor	231
12.4.2	Controle	232
12.4.3	Regime de pessoal.....	232
12.4.4	Patrimônio.....	233
12.4.5	Licitação no Terceiro Setor: aspectos polêmicos	233
12.4.5.1	Obrigatoriedade de processo objetivo de seleção para celebração do contrato de gestão e do termo de parceria.....	234
12.4.5.2	A controvérsia a respeito da necessidade de licitação nas contratações com dinheiro público pelo Terceiro Setor.....	235
12.4.6	Responsabilidade civil.....	236
12.4.7	Imunidade tributária.....	238
12.5	Resumo do capítulo	239
CAPÍTULO 13 – SERVIÇOS PÚBLICOS.....		243
13.1	Evolução e tendências do serviço público	243
13.2	Conceito do serviço público.....	246
13.3	Criação do serviço público (<i>publicatio</i>)	247
13.4	Princípios dos serviços públicos	248
13.4.1	Princípio da continuidade	248
13.4.2	Princípio da igualdade ou uniformidade ou neutralidade.....	249
13.4.3	Princípio da mutabilidade ou atualidade.....	250
13.4.4	Princípio da generalidade ou universalidade.....	250
13.4.5	Princípio da modicidade.....	251
13.5	Classificação	251
13.5.1	<i>Uti universi e uti singuli</i>	251
13.5.2	Federais, estaduais, distritais, municipais e comuns	253
13.5.3	Administrativos, comerciais (ou industriais) e sociais	253
13.5.4	Essenciais e não essenciais.....	254
13.5.5	Próprios e impróprios (virtuais)	254
13.5.6	Inerentes e por opção legislativa.....	255
13.6	Modalidades de execução: direta e indireta	255
13.7	Serviço público e o CDC.....	255
13.8	Lei de participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos (Lei de defesa do usuário do serviço público).....	259
13.9	Resumo do capítulo	264
CAPÍTULO 14 – PODERES ADMINISTRATIVOS.....		265
14.1	Conceito	265

14.2	Excesso e desvio de poder.....	266
14.3	Espécies de poderes administrativos.....	266
14.3.1	Poder normativo ou regulamentar.....	266
14.3.1.1	Conceito e fundamentos.....	266
14.3.1.2	Poder regulamentar x poder regulatório.....	268
14.3.1.3	Classificações.....	268
14.3.1.3.1	Regulamento jurídico (ou normativo) e regulamento administrativo (ou de organização).....	269
14.3.1.3.2	Regulamento executivo, regulamento autônomo, regulamento delegado e regulamento de necessidade.....	269
14.3.1.3.3	Regulamentos autônomos: controvérsias.....	270
14.3.1.3.4	Visão crítica da dicotomia “regulamento autônomo” e “regulamento executivo”: a atuação criativa do Executivo e a ideia de “bloco de legalidade”.....	272
14.3.1.4	Reserva de administração.....	272
14.3.1.5	Deslegalização ou delegificação.....	274
14.3.2	Poder de polícia.....	274
14.3.2.1	Conceito: sentidos amplo e restrito.....	274
14.3.2.2	Críticas à expressão “poder de polícia”.....	275
14.3.2.3	Polícia administrativa x polícia judiciária.....	275
14.3.2.4	Supremacia geral x supremacia especial: poder de polícia x poder disciplinar.....	276
14.3.2.5	Ciclo de polícia.....	277
14.3.2.6	Licenças x autorizações de polícia: relativização da distinção.....	278
14.3.2.7	Campos de atuação ou espécies de poder de polícia.....	279
14.3.2.8	Fundamentos e limites do poder de polícia.....	280
14.3.2.9	Características.....	281
14.3.2.9.1	Discricionariedade.....	281
14.3.2.9.2	Coercibilidade.....	281
14.3.2.9.3	Autoexecutoriedade.....	281
14.3.2.10	Obrigações positivas e negativas.....	283
14.3.2.11	Atividades comunicadas.....	284
14.3.2.12	Delegação do poder de polícia: limites e possibilidades.....	285
14.3.2.13	Poder de polícia entre entes federados (interfederativo).....	289
14.3.3	Poder hierárquico.....	289
14.3.3.1	Conceito.....	289
14.3.3.2	Prerrogativas e deveres hierárquicos.....	290
14.3.3.3	Subordinação x vinculação.....	290
14.3.4	Poder disciplinar.....	291
14.3.4.1	Conceito.....	291
14.3.4.2	Discricionariedade do poder disciplinar.....	292
14.4	Resumo do capítulo.....	293

CAPÍTULO 15 – ATO ADMINISTRATIVO	295
15.1 Conceito.....	295
15.2 Ato administrativo e o princípio da separação de poderes.....	295
15.3 Ato administrativo e o ato privado da administração.....	295
15.4 Ato administrativo e delegatários de atividades estatais.....	296
15.5 Ato e fato administrativo.....	296
15.6 Ato e processo administrativo.....	297
15.7 Ato administrativo e ato de governo (político).....	297
15.8 Silêncio administrativo.....	298
15.9 Elementos do ato administrativo (perfeição, validade e eficácia).....	299
15.9.1 Agente público competente.....	300
15.9.1.1 Delegação e avocação de competência.....	301
15.9.1.2 Critérios de fixação da competência.....	303
15.9.2 Finalidade.....	303
15.9.3 Forma.....	304
15.9.3.1 Princípio da solenidade das formas.....	304
15.9.3.2 Princípio da simetria das formas.....	305
15.9.3.3 Formalidades essenciais x acidentais.....	305
15.9.4 Motivo.....	306
15.9.4.1 Motivo de fato (discricionário) x motivo de direito (vinculado)....	306
15.9.4.2 Motivação dos atos administrativos.....	307
15.9.4.3 Teoria dos motivos determinantes.....	309
15.9.4.4 Móvel dos atos administrativos.....	309
15.9.5 Objeto.....	310
15.9.5.1 Objeto indeterminado (discricionário) e determinado (vincu- lado).....	310
15.10 Discricionariedade x vinculação.....	311
15.10.1 Mérito administrativo.....	312
15.10.2 Conceitos jurídicos indeterminados x discricionariedade.....	312
15.10.3 Controle judicial dos atos administrativos discricionários.....	312
15.10.3.1 Teoria do desvio de poder (<i>détournement de pouvoir</i>) ou desvio de finalidade.....	313
15.10.3.2 Teoria dos motivos determinantes.....	313
15.10.3.3 Teoria dos princípios jurídicos e o controle de juridicidade.....	314
15.11 Atributos dos atos administrativos.....	315
15.11.1 Presunção de legitimidade e de veracidade.....	315
15.11.2 Imperatividade.....	316
15.11.3 Autoexecutoriedade.....	317
15.12 Classificações dos atos administrativos.....	317
15.12.1 Critério da formação do ato: atos simples, compostos e complexos.....	317
15.12.2 Critério dos destinatários: atos individuais (concretos) e gerais (norma- tivos).....	318
15.12.3 Critério dos efeitos: atos constitutivos, declaratórios e enunciativos.....	318

15.12.4	Critério da imperatividade: atos de império e de gestão	319
15.12.5	Critério do objeto: ato-regra, atos subjetivos e ato-condição	319
15.12.6	Critério da competência ou da liberdade do agente: atos vinculados (regrados) e discricionários	319
15.12.7	Critério do âmbito dos efeitos: atos externos e internos	320
15.12.8	Critério da repercussão sobre a esfera jurídica do particular: atos ampliativos e restritivos.....	320
15.12.9	Critério da validade: atos válidos e inválidos.....	320
15.12.10	Critério da retratabilidade: atos revogáveis (retratáveis) e irrevogáveis (irretratáveis).....	321
15.12.11	Critério da executoriedade: atos executórios e não executórios.....	321
15.12.12	Critério da formação ou da exequibilidade: atos perfeitos, imperfeitos, pendentes e consumados.....	321
15.13	Espécies de atos administrativos.....	322
15.13.1	Atos administrativos normativos.....	323
15.13.1.1	Decretos	323
15.13.1.1.1	Espécies de decretos quanto ao conteúdo: regulamentos (ou normativos) e individuais (ou concretos)....	323
15.13.1.1.2	Decreto x regulamento	323
15.13.1.2	Regimentos.....	324
15.13.1.2.1	Regimento x decreto regulamentar.....	324
15.13.1.3	Resoluções	324
15.13.1.4	Deliberações.....	324
15.13.2	Atos administrativos ordinatórios	324
15.13.2.1	Instruções	325
15.13.2.2	Circulares.....	325
15.13.2.3	Avisos	325
15.13.2.4	Portarias.....	325
15.13.2.5	Ordens de serviço.....	325
15.13.2.6	Ofícios.....	325
15.13.2.7	Despachos.....	325
15.13.3	Atos administrativos negociais ou de consentimento.....	325
15.13.3.1	Licença	326
15.13.3.2	Permissão.....	326
15.13.3.3	Autorização	327
15.13.3.4	Admissão	327
15.13.4	Atos administrativos enunciativos	328
15.13.4.1	Pareceres	328
15.13.4.2	Certidões	328
15.13.4.3	Atestados.....	329
15.13.4.4	Apostilas ou apostilamento	329
15.13.5	Atos administrativos de controle ou de verificação	329
15.13.5.1	Aprovação.....	329
15.13.5.2	Homologação	329
15.13.5.3	Visto	330

15.13.6	Atos administrativos punitivos ou sancionatórios.....	330
15.13.6.1	Multas.....	330
15.13.6.2	Interdições de atividades.....	331
15.13.6.3	Apreensão ou destruição de coisas.....	331
15.13.6.4	Sanções disciplinares.....	331
15.14	Extinção dos atos administrativos.....	331
15.14.1	Extinção normal ou natural.....	332
15.14.2	Extinção subjetiva.....	332
15.14.3	Extinção objetiva.....	332
15.14.4	Extinção por manifestação de vontade do particular: renúncia e recusa.....	332
15.14.4.1	Renúncia.....	332
15.14.4.2	Recusa.....	332
15.14.5	Extinção por manifestação de vontade da Administração: caducidade, cassação, anulação e revogação.....	333
15.14.5.1	Caducidade.....	333
15.14.5.2	Cassação.....	333
15.14.5.2.1	Ampla defesa e contraditório.....	334
15.14.5.2.2	Limitação temporal da sanção.....	334
15.14.5.3	Anulação.....	334
15.14.5.3.1	Fundamento, competência para anulação e ampla defesa/contraditório.....	334
15.14.5.3.2	Caráter vinculado.....	335
15.14.5.3.3	Efeitos da anulação e a possibilidade de modulação ..	335
15.14.5.3.4	Indenização.....	335
15.14.5.4	Revogação.....	336
15.14.5.4.1	Fundamento, competência para revogação e ampla defesa/contraditório.....	336
15.14.5.4.2	Caráter discricionário.....	336
15.14.5.4.3	Efeitos da revogação.....	337
15.14.5.4.4	Ausência de indenização e exceções.....	337
15.14.5.4.5	Limites à revogação (atos irrevogáveis).....	337
15.14.5.4.6	Revogação e repristinação (revogação da revogação)...	338
15.14.5.4.7	Contraposição ou derrubada.....	339
15.15	Convalidação ou sanatória.....	339
15.15.1	Atos nulos e anuláveis.....	340
15.15.2	Vícios insanáveis e sanáveis.....	340
15.15.3	Espécies de convalidação.....	342
15.15.3.1	Convalidação voluntária: ratificação, reforma e conversão.....	342
15.15.3.2	Convalidação involuntária: decadência administrativa.....	342
15.15.4	Convalidação: vinculação ou discricionariedade.....	343
15.16	Resumo do capítulo.....	344
CAPÍTULO 16 – PROCESSO ADMINISTRATIVO.....		349
16.1	Conceito e fontes normativas.....	349

16.2	Processo ou procedimento.....	350
16.3	A processualização da atividade administrativa.....	350
16.4	Classificações.....	350
16.5	Princípios do processo administrativo.....	351
16.5.1	Princípio do devido processo legal.....	352
16.5.2	Princípio do contraditório.....	352
16.5.3	Princípio da ampla defesa.....	352
16.5.4	Princípio da oficialidade.....	352
16.5.5	Princípio do formalismo moderado (ou informalismo).....	352
16.5.6	Princípio da verdade real ou material.....	353
16.5.7	Princípio da publicidade.....	353
16.5.8	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.....	353
16.5.9	Princípio da duração razoável do processo.....	353
16.5.10	Princípio da motivação.....	354
16.5.11	Princípio da gratuidade.....	354
16.5.12	Princípio da segurança jurídica, da confiança legítima e da boa-fé.....	354
16.5.13	Princípio da participação.....	354
16.5.14	Outros princípios: autotutela, recorribilidade e eficiência.....	354
16.6	Fases do processo administrativo.....	355
16.6.1	Fase introdutória ou inicial.....	355
16.6.2	Fase preparatória ou instrutória.....	356
16.6.3	Fase decisória e a decisão coordenada.....	356
16.7	Recurso administrativo.....	358
16.7.1	Conceito e espécies.....	358
16.7.1.1	Recurso hierárquico próprio.....	358
16.7.1.2	Recurso hierárquico impróprio.....	358
16.7.1.3	Pedido de reconsideração.....	359
16.7.1.4	Revisão.....	359
16.7.2	Legitimidade, prazo e efeitos.....	359
16.7.3	Recurso e garantias (depósito prévio).....	360
16.7.4	Recurso e <i>reformatio in pejus</i>	361
16.8	Decadência administrativa.....	362
16.9	Preclusão e “coisa julgada”.....	363
16.10	Processo Administrativo Disciplinar (PAD).....	364
16.10.1	Conceito.....	364
16.10.2	Pluralidade normativa: competência legislativa dos entes federados.....	364
16.10.3	Sindicância administrativa.....	365
16.10.4	Inquérito administrativo.....	366
16.10.5	Fases do Processo Administrativo Disciplinar (PAD).....	366
16.10.6	Defesa técnica no PAD e a Súmula Vinculante 5 do STF.....	367
16.10.7	Parecer da Comissão não vincula a decisão da autoridade competente.....	368
16.10.8	PAD: recurso, revisão e <i>reformatio in pejus</i>	368
16.10.9	Meios sumários: sindicância, verdade sabida e termo de declaração.....	369

16.10.10	Sanções disciplinares e prescrição	370
16.10.11	Processo disciplinar e processo penal	372
16.11	Resumo do capítulo	373
CAPÍTULO 17 – LICITAÇÃO.....		377
17.1	Conceito, objetivos e fontes normativas	377
17.2	Agente de contratação e comissão de contratação	381
17.3	Impedimentos para participação nas licitações e nos contratos.....	385
17.4	Princípios da licitação	386
17.4.1	Princípio da competitividade	387
17.4.2	Princípio da isonomia	387
17.4.3	Princípio da vinculação ao edital.....	388
17.4.4	Princípio do procedimento formal (formalismo moderado)	388
17.4.5	Princípio do julgamento objetivo	389
17.4.6	Princípio do planejamento	389
17.4.7	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável	390
17.4.8	Princípio da publicidade e transparência	392
17.4.9	Princípios da eficiência, celeridade e economicidade.....	393
17.4.10	Princípio da segregação de funções.....	394
17.5	A função regulatória da licitação	394
17.6	Objeto da licitação	395
17.6.1	Obras e serviços de engenharia.....	395
17.6.1.1	Projeto básico, projeto executivo e outras exigências legais	396
17.6.1.2	Vedações e impedimentos	397
17.6.1.3	Formas de execução: direta e indireta	398
17.6.1.4	Obras e serviços de engenharia na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	399
17.6.2	Serviços	401
17.6.2.1	Terceirização: a superação da distinção entre atividade-meio e atividade-fim	401
17.6.2.2	Quarteirização	403
17.6.2.3	Serviços de publicidade	403
17.6.2.4	Serviços na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	404
17.6.3	Compras.....	406
17.6.3.1	Indicação de marcas, amostras e o princípio da padronização	407
17.6.3.2	Divisibilidade do objeto e licitação por item	407
17.6.3.3	Compras na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	408
17.6.4	Alienações.....	411
17.6.4.1	Alienações na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	411
17.6.5	Locação de imóveis na Lei 8.666/1993 e na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	412
17.7	Sistema de Registro de Preços (SRP) na Lei 8.666/1993.....	413
17.7.1	Instrumentos auxiliares na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	418

17.7.1.1	Credenciamento	418
17.7.1.2	Pré-qualificação	418
17.7.1.3	Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).....	421
17.7.1.4	Sistema de Registro de Preços (SRP)	422
17.7.1.5	Registro cadastral	426
17.8	Destinatários da regra da licitação.....	428
17.8.1	Administração pública direta, indireta e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público	428
17.8.2	Licitação nas empresas estatais (Lei 13.303/2016)	429
17.8.2.1	Fontes normativas e objeto.....	429
17.8.2.2	Características principais	432
17.9	Contratação direta	442
17.9.1	Licitação dispensada (art. 17 da Lei 8.666/1993).....	443
17.9.2	Dispensa de licitação (art. 24 da Lei 8.666/1993).....	445
17.9.2.1	Valor reduzido (art. 24, I e II)	446
17.9.2.2	Situações emergenciais (art. 24, III, IV e XXXV).....	447
17.9.2.3	Licitação deserta (art. 24, V).....	448
17.9.2.4	Intervenção no domínio econômico (art. 24, VI).....	449
17.9.2.5	Licitação frustrada (art. 24, VII)	449
17.9.2.6	Contratação de entidades administrativas (art. 24, VIII, XVI e XXIII).....	450
17.9.2.7	Segurança nacional (art. 24, IX)	453
17.9.2.8	Compra e locação de imóveis (art. 24, X)	453
17.9.2.9	Complementação do objeto contratual (art. 24, XI).....	453
17.9.2.10	Gêneros perecíveis (art. 24, XII).....	454
17.9.2.11	Entidades sem fins lucrativos (art. 24, XIII, XX, XXIV e XXXIII).....	454
17.9.2.12	Negócios internacionais (art. 24, XIV)	456
17.9.2.13	Obras de arte (art. 24, XV).....	457
17.9.2.14	Necessidade de manutenção de garantias (art. 24, XVII)	457
17.9.2.15	Forças Armadas (art. 24, XVIII, XIX e XXIX)	457
17.9.2.16	Bens destinados à pesquisa (art. 24, XXI).....	458
17.9.2.17	Serviços públicos concedidos (art. 24, XXII)	459
17.9.2.18	Transferência de tecnologia e incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica (art. 24, XXV, XXXI e XXXII)	459
17.9.2.19	Contratos de programa (art. 24, XXVI)	461
17.9.2.20	Catadores de materiais recicláveis (art. 24, XXVII).....	461
17.9.2.21	Alta complexidade tecnológica (art. 24, XXVIII)	462
17.9.2.22	Assistência técnica e extensão rural (art. 24, XXX).....	462
17.9.2.23	Regras especiais de dispensa aplicáveis aos consórcios públicos, sociedades de economia mista, empresas públicas e agências executivas (art. 24, § 1.º).....	462
17.9.3	Inexigibilidade de licitação (art. 25 da Lei 8.666/1993).....	464
17.9.3.1	Fornecedor exclusivo (art. 25, I).....	464

17.9.3.2	Serviços técnicos especializados (art. 25, II).....	465
17.9.3.3	Artistas consagrados (art. 25, III).....	466
17.9.3.4	Credenciamento	467
17.9.4	Quadro sinótico: contratação direta.....	467
17.9.5	Contratação direta na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	467
17.9.5.1	Inexigibilidade de licitação (art. 74 da nova Lei de Licitações).....	468
17.9.5.2	Dispensa de licitação (art. 75 da nova Lei de Licitações – Lei 14.133/2021).....	473
17.9.5.3	Licitação dispensada para alienação de bens (art. 76 da nova Lei de Licitações – Lei 14.133/2021)	481
17.10	Modalidades de licitação.....	483
17.10.1	Concorrência.....	484
17.10.2	Tomada de preços e o registro cadastral.....	485
17.10.3	Convite	486
17.10.4	Concurso.....	487
17.10.5	Leilão	487
17.10.6	Pregão.....	488
17.10.7	Consulta	491
17.10.8	Modalidades na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	491
17.10.8.1	Pregão.....	492
17.10.8.2	Concorrência.....	493
17.10.8.3	Concurso	494
17.10.8.4	Leilão.....	494
17.10.8.5	Diálogo competitivo.....	495
17.11	Procedimento	497
17.11.1	Fases da licitação: interna e externa	497
17.11.2	Edital.....	498
17.11.3	Habilitação.....	499
17.11.3.1	Habilitação jurídica	500
17.11.3.2	Qualificação técnica	500
17.11.3.3	Qualificação econômico-financeira	500
17.11.3.4	Regularidade fiscal e trabalhista.....	501
17.11.3.5	Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da CRFB.....	503
17.11.4	Julgamento (tipos de licitação) e classificação	503
17.11.5	Homologação e adjudicação.....	503
17.11.6	Procedimento na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	505
17.11.6.1	Fases do processo de licitação e a preferência pela forma eletrônica	505
17.11.6.2	Fase interna ou preparatória	506
17.11.6.3	Administração Pública Consensual e Gerencial: audiências públicas, consultas públicas e repartição de riscos	509
17.11.6.4	Valor estimado da contratação	510
17.11.6.5	Edital	512

17.11.6.6	Margem de preferência	516
17.11.6.7	Apresentação de propostas e lances	517
17.11.6.8	Julgamento.....	519
17.11.6.9	Habilitação.....	521
17.11.6.10	Encerramento da licitação	525
17.12	Anulação e revogação da licitação	526
17.12.1	Anulação e revogação na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	527
17.13	Recursos administrativos.....	528
17.13.1	Impugnações, pedidos de esclarecimentos e recursos na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	529
17.14	Cooperativas nas licitações.....	530
17.14.1	Cooperativas na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	532
17.15	Microempresas e empresas de pequeno porte (LC 123/2006) e o tratamento diferenciado nas licitações.....	532
17.15.1	Saneamento de falhas na regularidade fiscal e trabalhista	533
17.15.2	Empate ficto ou presumido	533
17.15.3	Possibilidade de licitações diferenciadas	534
17.15.4	Exigências para aplicação do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006.....	535
17.15.5	Cédula de crédito microempresarial	537
17.15.6	ME e EPP na Lei 14.133/2021	537
17.16	A participação de consórcios empresariais nas licitações	538
17.16.1	Consórcios empresariais na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	539
17.17	Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).....	540
17.17.1	Fontes normativas, objeto e finalidades.....	540
17.17.2	Características principais.....	543
17.18	Licitações internacionais.....	547
17.19	Resumo do capítulo	548
CAPÍTULO 18 – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....		555
18.1	Conceito e espécies de contratos da administração pública: contrato administrativo x contrato privado.....	555
18.2	Fontes normativas e competência legislativa.....	556
18.3	Sujeitos do contrato	557
18.4	Características	558
18.4.1	Formalismo moderado.....	559
18.4.2	Bilateralidade.....	559
18.4.3	Comutatividade.....	560
18.4.4	Personalíssimo (<i>intuitu personae</i>).....	560
18.4.5	Desequilíbrio	560
18.4.6	Instabilidade	561
18.5	Formalização do contrato e garantias	561
18.5.1	Formalização dos contratos na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	563
18.5.2	Garantias na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	566

18.5.3	Alocação de riscos na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	568
18.6	Cláusulas exorbitantes.....	569
18.6.1	Alteração unilateral.....	569
18.6.2	Rescisão unilateral.....	572
18.6.3	Fiscalização.....	572
18.6.4	Aplicação de sanções.....	572
18.6.5	Ocupação provisória.....	573
18.6.6	Outras cláusulas exorbitantes.....	573
18.6.7	A reeleitura das cláusulas exorbitantes.....	573
18.6.8	Cláusulas exorbitantes na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	574
18.7	Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.....	575
18.7.1	Reajuste.....	576
18.7.2	Revisão.....	577
18.7.3	Atualização monetária.....	578
18.7.4	Repactuação.....	578
18.7.5	Revisão, reajuste, repactuação e atualização monetária na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	580
18.8	Duração dos contratos.....	583
18.8.1	Contratos por prazo certo e contratos por escopo.....	583
18.8.2	Regra geral da duração: vigência do crédito orçamentário.....	584
18.8.3	Exceções: contratos com prazo superior à vigência do orçamento.....	584
18.8.3.1	Projetos previstos no Plano Plurianual.....	584
18.8.3.2	Serviços contínuos.....	584
18.8.3.3	Aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática.....	586
18.8.3.4	Contratações previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24 da Lei 8.666/1993.....	586
18.8.3.5	Outras exceções ao prazo anual dos contratos.....	587
18.8.4	Duração dos contratos na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	588
18.9	Prorrogação dos contratos.....	593
18.10	Inexecução contratual.....	595
18.10.1	Inexecução culposa.....	595
18.10.1.1	Exceção de contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>).....	595
18.10.2	Inexecução sem culpa.....	596
18.10.2.1	Teoria da imprevisão.....	597
18.10.2.2	Fato do príncipe.....	597
18.10.2.3	Caso fortuito e força maior.....	598
18.11	Extinção dos contratos.....	599
18.11.1	Motivos, formas e consequências da rescisão contratual.....	599
18.11.2	Mecanismos de resolução de conflitos administrativos: negociação, mediação, arbitragem e os <i>dispute boards</i>	600
18.11.3	Extinção dos contratos na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	603
18.11.3.1	Motivos para extinção dos contratos administrativos.....	603

18.11.3.2	Extinção unilateral, consensual, judicial ou arbitral.....	605
18.11.3.3	Meios alternativos de resolução de controvérsias: conciliação, mediação, comitê de resolução de disputas (<i>dispute boards</i>) e a arbitragem	607
18.12	Sanções administrativas	607
18.12.1	Infrações e sanções administrativas na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	610
18.13	Controle das licitações e dos contratos	617
18.13.1	Controle das contratações públicas na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	619
18.14	Responsabilidade civil nos contratos administrativos	623
18.14.1	Responsabilidade primária do contratado e responsabilidade subsidiária do Estado pela má execução do contrato	623
18.14.2	Responsabilidade do Estado nas terceirizações pelos encargos trabalhistas e previdenciários	624
18.14.3	Responsabilidade pessoal do parecerista nas licitações.....	625
18.14.4	Responsabilidade civil na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	626
18.15	Contratos das empresas estatais	629
18.16	Convênios administrativos, termos de colaboração, termos de fomento e instrumentos congêneres.....	632
18.17	Resumo do capítulo	635
CAPÍTULO 19 – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ORDEM ECONÔMICA		639
19.1	Estado e ordem econômica: Estado Liberal, Estado Social e Estado Regulador	639
19.2	Fundamentos e princípios da ordem econômica.....	640
19.3	Espécies de intervenção do Estado na ordem econômica	641
19.4	Planejamento	642
19.4.1	Conceito	642
19.4.2	Fundamentos	643
19.4.3	Instrumentos de planejamento	643
19.5	Regulação (Estado Regulador).....	645
19.5.1	Regulação: conceito	645
19.5.2	Regulação x regulamentação	646
19.5.3	Formas de regulação: regulação estatal, regulação pública não estatal e autor-regulação	646
19.5.4	Evolução da regulação e o papel do Estado Regulador.....	647
19.5.5	Análise de Impacto Regulatório (AIR)	650
19.5.6	Regulação e promoção da concorrência	655
19.5.6.1	Liberdade de entrada	655
19.5.6.2	Liberdade relativa de preços.....	656
19.5.6.3	Fragmentação do serviço público (<i>unbundling</i>).....	656
19.5.6.4	Compartilhamento compulsório das redes e infraestruturas (<i>essential facilities doctrine</i>)	657
19.5.7	Controle de preços.....	659
19.5.8	Regulação por incentivos ou por “empurrões” (<i>nudge</i>).....	660

19.5.9	Acordos decisórios ou substitutivos na regulação.....	662
19.5.10	<i>Sandbox</i> regulatório.....	663
19.6	Fomento.....	665
19.6.1	Conceito.....	665
19.6.2	Características.....	665
19.6.3	Limites.....	666
19.6.4	Classificações de fomento.....	666
19.6.4.1	Quanto ao conteúdo: fomento positivo e negativo.....	666
19.6.4.2	Quanto ao destinatário: fomento econômico e social.....	667
19.6.4.3	Quanto aos meios: fomento honorífico, econômico e jurídico.....	667
19.6.5	Instrumentos de fomento.....	668
19.6.5.1	Benefícios ou incentivos fiscais.....	668
19.6.5.2	Benefícios ou incentivos creditícios.....	668
19.6.5.3	Outros instrumentos (rol exemplificativo).....	669
19.7	Repressão ao abuso do poder econômico e proteção da concorrência (Direito Antitruste ou da Concorrência).....	669
19.7.1	Fundamentos do Direito Antitruste ou Direito da Concorrência.....	669
19.7.2	Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).....	669
19.7.3	Condutas anticoncorrenciais.....	671
19.7.4	Infrações à ordem econômica: responsabilidades, sanções e prescrição.....	673
19.7.5	Controle da concorrência nos setores regulados: CADE x agências reguladoras.....	674
19.8	Exploração direta da atividade econômica (Estado empresário).....	675
19.8.1	Estado empresário: requisitos.....	675
19.8.2	Intervenção concorrencial do Estado empresário.....	676
19.8.3	Intervenção monopolista do Estado empresário.....	676
19.8.3.1	Estruturas de mercado: concorrência perfeita, concorrência imperfeita, oligopólio (e oligopsônio), monopólio (monopsônio) e monopólio bilateral.....	676
19.8.3.2	Espécies de monopólio: de fato e de direito.....	677
19.8.3.3	Monopólios públicos ou estatais.....	678
19.9	Resumo do capítulo.....	680
CAPÍTULO 20 – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....		685
20.1	Fundamentos da intervenção estatal na propriedade.....	685
20.2	Modalidades: intervenções restritivas e supressivas.....	686
20.3	Servidão administrativa.....	686
20.3.1	Conceito.....	686
20.3.2	Fontes normativas.....	687
20.3.3	Objeto.....	688
20.3.4	Instituição.....	688
20.3.5	Extinção.....	689
20.3.6	Indenização.....	689

20.4	Requisição	690
20.4.1	Conceito	690
20.4.2	Fontes normativas.....	690
20.4.3	Objeto.....	691
20.4.4	Instituição e extinção.....	692
20.4.5	Indenização.....	693
20.5	Ocupação temporária.....	693
20.5.1	Conceito	693
20.5.2	Fontes normativas.....	694
20.5.3	Objeto.....	694
20.5.4	Instituição e extinção.....	694
20.5.5	Indenização.....	695
20.6	Limitações administrativas.....	695
20.6.1	Conceito	695
20.6.2	Fontes normativas.....	696
20.6.3	Objeto.....	696
20.6.4	Instituição e extinção.....	696
20.6.5	Indenização.....	696
20.7	Tombamento.....	697
20.7.1	Conceito	697
20.7.2	Fontes normativas.....	699
20.7.3	Objeto.....	700
20.7.4	Tombamento x registro.....	701
20.7.5	Classificações.....	702
20.7.6	Instituição e cancelamento	703
20.7.7	Efeitos.....	704
20.7.8	Indenização.....	706
20.8	Resumo do capítulo	706
CAPÍTULO 21 – DESAPROPRIAÇÃO		711
21.1	Conceito	711
21.2	Modalidades e fontes normativas	712
21.2.1	Desapropriação por utilidade pública, necessidade pública ou interesse social.....	713
21.2.2	Desapropriação urbanística.....	713
21.2.3	Desapropriação rural.....	715
21.2.4	Expropriação confiscatória.....	716
21.3	Objeto.....	717
21.3.1	Bens públicos.....	718
21.3.2	Bens da Administração Indireta	720
21.4	Procedimento	722
21.4.1	Fase declaratória.....	722
21.4.1.1	Competência declaratória	722

21.4.1.2	Efeitos da declaração.....	723
21.4.2	Fase executória.....	724
21.4.2.1	Competência executória.....	724
21.5	Ação de desapropriação: aspectos relevantes.....	725
21.5.1	Imissão provisória na posse.....	725
21.5.2	Defesa do réu e extensão do controle judicial.....	727
21.5.3	Direito de extensão.....	729
21.5.4	Indenização.....	730
21.5.4.1	Juros moratórios.....	731
21.5.4.2	Juros compensatórios.....	732
21.5.4.3	Honorários advocatícios.....	734
21.5.5	Desistência da ação de desapropriação: requisitos.....	735
21.5.6	Intervenção do Ministério Público.....	736
21.6	Transferência da propriedade.....	737
21.7	Desapropriação por zona.....	737
21.8	Retrocessão.....	738
21.8.1	Conceito e natureza jurídica.....	738
21.8.2	Tredestinação lícita x tredestinação ilícita.....	739
21.8.3	Tredestinação e omissão.....	740
21.8.4	Tredestinação, desdestinação e adestinação.....	741
21.8.5	Prescrição.....	741
21.9	Desapropriação indireta.....	742
21.9.1	Conceito e natureza jurídica.....	742
21.9.2	“Ação de desapropriação indireta”: legitimidade, foro processual e prescrição.....	743
21.10	Resumo do capítulo.....	744
CAPÍTULO 22 – BENS PÚBLICOS.....		747
22.1	Conceito.....	747
22.2	Domínio eminente e domínio patrimonial.....	748
22.3	Classificações.....	749
22.3.1	Crítério da titularidade: bens públicos federais, estaduais, distritais, municipais e interfederativos.....	749
22.3.2	Crítério da afetação pública: bens públicos de uso comum do povo, de uso especial e dominicais.....	750
22.4	Afetação e desafetação.....	751
22.5	Regime jurídico dos bens públicos.....	752
22.5.1	Alienação condicionada ou inalienabilidade relativa.....	752
22.5.2	Impenhorabilidade.....	754
22.5.3	Imprescritibilidade.....	754
22.5.4	Não onerabilidade.....	755
22.6	Formas de uso do bem público: comum, especial e privativo.....	756
22.7	Uso privativo do bem público.....	756

22.7.1	Autorização.....	757
22.7.1.1	Autorização condicionada ou qualificada.....	758
22.7.1.2	Autorização de uso urbanística.....	758
22.7.2	Permissão.....	759
22.7.2.1	Permissão condicionada ou qualificada.....	760
22.7.3	Concessão.....	760
22.7.3.1	Concessão de direito real de uso.....	761
22.7.3.2	Concessão de uso especial para fins de moradia.....	761
22.7.3.3	Concessão florestal.....	763
22.7.4	Cessão de uso.....	764
22.7.5	Uso privativo de bem público por instrumentos de direito privado.....	765
22.7.5.1	Locação.....	765
22.7.5.2	Comodato.....	766
22.7.5.3	Enfiteuse ou aforamento.....	766
22.8	Alienação e aquisição de bens públicos.....	767
22.8.1	Alienação: exigências e espécies.....	767
22.8.2	Aquisição por instrumentos de direito público e de direito privado.....	769
22.8.3	Aquisição originária e derivada.....	769
22.8.4	Aquisição por ato <i>inter vivos</i> e por <i>causa mortis</i>	769
22.9	Principais espécies de bens públicos.....	770
22.9.1	Terras devolutas.....	770
22.9.2	Terrenos de marinha e seus acrescidos.....	771
22.9.3	Terrenos marginais ou reservados.....	771
22.9.4	Terras indígenas.....	771
22.9.5	Plataforma continental.....	772
22.9.6	Ilhas.....	772
22.9.7	Faixa de fronteiras.....	773
22.9.8	Minas e jazidas.....	773
22.9.9	Domínio hídrico.....	774
22.9.10	Espaço aéreo.....	775
22.10	Resumo do capítulo.....	776
CAPÍTULO 23 – AGENTES PÚBLICOS.....		781
23.1	Conceito.....	781
23.2	Espécies.....	781
23.2.1	Agentes públicos de direito.....	782
23.2.1.1	Agentes políticos.....	782
23.2.1.2	Servidores públicos.....	783
23.2.1.3	Particulares em colaboração.....	783
23.2.2	Agentes públicos de fato.....	784
23.3	Servidores públicos.....	785
23.3.1	Classificação.....	785
23.3.2	Regimes jurídicos funcionais.....	785

23.3.2.1	Regime estatutário.....	785
23.3.2.2	Regime trabalhista (celetista) e regime do emprego público.....	786
23.3.2.3	Regime especial.....	788
23.3.3	Regime Jurídico Único (RJU)	790
23.4	Cargos públicos.....	793
23.4.1	Cargo, emprego e função pública	793
23.4.2	Classe, carreira, quadro e lotação	794
23.4.3	Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções	794
23.4.4	Acessibilidade dos cargos, empregos e funções públicas.....	796
23.4.5	Classificação dos cargos.....	797
23.4.6	Cargo em comissão x função de confiança	798
23.4.7	Provimento	798
23.4.7.1	Provimento originário	799
23.4.7.2	Provimento derivado	799
23.4.7.2.1	Promoção	800
23.4.7.2.2	Readaptação	800
23.4.7.2.3	Reversão.....	800
23.4.7.2.4	Aproveitamento	801
23.4.7.2.5	Reintegração.....	802
23.4.7.2.6	Recondução.....	802
23.4.8	Investidura, posse e exercício.....	803
23.4.9	Vacância	804
23.4.10	Acumulação de cargos, empregos e funções	804
23.5	Estabilidade.....	807
23.5.1	Alcance da estabilidade: servidores estatutários.....	807
23.5.2	Estágio probatório: prazo de três anos.....	808
23.5.3	Efetivo exercício	809
23.5.4	Avaliação especial de desempenho.....	809
23.5.5	Estabilidade no serviço, e não no cargo.....	810
23.5.6	Estabilidade extraordinária ou estabilização constitucional.....	810
23.5.7	Estabilidade x efetividade	811
23.5.8	Hipóteses de demissão e exoneração do servidor estável.....	812
23.6	Vitaliciedade	813
23.6.1	Alcance da vitaliciedade: servidores vitalícios.....	814
23.6.2	Vitaliciedade automática e diferida	814
23.6.3	Hipóteses de demissão e exoneração do servidor vitalício	814
23.7	Concurso público.....	815
23.7.1	Conceito e alcance da regra do concurso	815
23.7.2	Inexigibilidade.....	816
23.7.3	Prazo de validade e prorrogação.....	817
23.7.4	Requisitos de participação e de aprovação	818
23.7.5	Discriminações legítimas e ilegítimas: idade, sexo, altura etc. As cotas raciais em concursos públicos	820

23.7.6	Acesso da pessoa idosa aos cargos e empregos públicos	824
23.7.7	Reserva de vagas para pessoas com deficiência	824
23.7.8	Exame psicotécnico	825
23.7.9	Estágio experimental	825
23.7.10	Aprovação no concurso e o direito à nomeação	826
23.7.11	Direito à vista e à revisão das provas	829
23.7.12	Concursos públicos e nomeações em períodos eleitorais: limites e possibilidades	831
23.8	Sistema remuneratório	832
23.8.1	Revisão da remuneração e vinculação	835
23.9	Teto remuneratório	837
23.10	Associação sindical	842
23.11	Greve	842
23.12	Regime previdenciário dos servidores públicos	844
23.12.1	Espécies de Regimes de Previdência	844
23.12.2	Aposentadoria	845
23.12.2.1	Conceito e natureza jurídica	845
23.12.2.2	Modalidades de aposentadoria	846
23.12.2.3	Proventos: fim da integralidade e da paridade	848
23.12.2.4	Acumulação de proventos	849
23.12.3	Abono de permanência	849
23.12.4	Pensões	850
23.12.5	Contribuições previdenciárias	850
23.12.6	Fundo previdenciário	851
23.12.7	Previdência complementar	851
23.13	Resumo do capítulo	852
CAPÍTULO 24 – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO		857
24.1	Conceito	857
24.2	Responsabilidade civil e sacrifício de direitos	857
24.3	Evolução da responsabilidade civil do Estado	858
24.3.1	Fase da irresponsabilidade civil do Estado	858
24.3.2	Fase da responsabilidade subjetiva	858
24.3.2.1	Teoria da culpa individual (atos de império x atos de gestão)	858
24.3.2.2	Teoria da culpa anônima (culpa do serviço)	859
24.3.3	Fase da responsabilidade civil objetiva	859
24.3.4	A responsabilidade civil do Estado no ordenamento jurídico brasileiro	859
24.4	Responsabilidade civil extracontratual e contratual	860
24.5	Responsabilidade civil objetiva: ato lícito e ilícito	861
24.6	Fundamentos da responsabilidade objetiva: teoria do risco administrativo e repartição dos encargos sociais	862
24.7	Pressupostos da responsabilidade civil do Estado	863
24.7.1	Conduta (fato administrativo)	863
24.7.2	Dano	863

24.7.3	Nexo de causalidade	864
24.8	Causas excludentes do nexo de causalidade	865
24.8.1	Fato exclusivo da vítima	865
24.8.2	Fato de terceiro	866
24.8.3	Caso fortuito e força maior	866
24.8.4	Causas excludentes e atenuantes	866
24.9	Pessoas responsáveis à luz do art. 37, § 6.º, da CRFB	867
24.9.1	Pessoas jurídicas de direito público	867
24.9.2	Pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos	867
24.9.2.1	Responsabilidade das estatais: serviços públicos e atividade econômica	867
24.9.2.2	Responsabilidade das concessionárias e permissionárias de serviços públicos	868
24.9.2.3	Responsabilidade do Terceiro Setor	868
24.9.3	Responsabilidade primária e subsidiária	869
24.10	Responsabilidade civil do Estado por omissão	870
24.11	Agentes públicos e a responsabilidade civil do Estado	872
24.11.1	Dualidade de regimes de responsabilidade civil no art. 37, § 6.º, da CRFB: responsabilidade objetiva do Estado e responsabilidade subjetiva do agente público	872
24.11.2	O vocábulo “agentes” e seu alcance	872
24.11.3	Litisconsórcio facultativo x Teoria da dupla garantia	873
24.11.4	Reparação do dano e ação regressiva em face do agente público	874
24.11.5	Denúnciação da lide	876
24.12	Prescrição	877
24.13	Responsabilidade civil por atos legislativos	880
24.13.1	Leis de efeitos concretos e danos desproporcionais	880
24.13.2	Leis inconstitucionais	881
24.13.3	Omissão legislativa	882
24.14	Responsabilidade civil por atos judiciais	883
24.14.1	Erro judiciário	884
24.14.2	Prisão além do tempo fixado na sentença	885
24.14.3	Demora na prestação jurisdicional	886
24.14.4	Prisão cautelar e posterior absolvição	887
24.14.5	Responsabilidade pessoal do juiz	888
24.15	Responsabilidade do Estado, dos notários e registradores	888
24.16	Responsabilidade civil por danos causados por obras públicas	890
24.17	Responsabilidade civil por atos de multidões (atos multitudinários)	892
24.18	Responsabilidade civil por danos ambientais	892
24.19	Resumo do capítulo	893
CAPÍTULO 25 – CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		897
25.1	Controle	897
25.1.1	Espécies de controle	897

25.1.1.1	Autocontrole (controle interno), controle externo e controle social.....	897
25.1.1.2	Controle prévio, concomitante e posterior	898
25.1.1.3	Controle de legalidade e controle do mérito.....	898
25.1.2	Controle e Direito Administrativo do medo.....	899
25.1.3	Controle e Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB.....	900
25.2	Controle administrativo.....	901
25.2.1	Conceito	901
25.2.2	Tutela e autotutela administrativa	902
25.2.3	Meios de controle administrativo	902
25.3	Controle legislativo	903
25.3.1	Conceito	903
25.3.2	Casos de controle.....	903
25.3.2.1	Sustação de atos normativos	903
25.3.2.2	Convocação de autoridades e requisição de informações.....	903
25.3.2.3	Autorização e aprovação de ato administrativo	903
25.3.2.4	Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).....	903
25.3.2.5	Julgamento do chefe do Executivo: <i>impeachment</i>	904
25.3.2.6	Controle financeiro	904
25.4	Controle do tribunal de contas	905
25.4.1	Conceito e visão geral.....	905
25.4.2	CrITÉRIOS do controle: legalidade, legitimidade e economicidade	906
25.4.3	Atribuições dos Tribunais de Contas	906
25.4.3.1	Consultiva.....	906
25.4.3.2	Fiscalizadora.....	907
25.4.3.3	Julgadora.....	907
25.4.3.4	Registro	907
25.4.3.5	Sancionadora.....	907
25.4.3.6	Corretiva.....	908
25.4.3.7	Ouvidoria.....	908
25.5	Controle jurisdicional.....	908
25.5.1	Sistemas de controle jurisdicional	908
25.5.2	Limites e possibilidades do controle jurisdicional	909
25.5.3	Tendências do controle jurisdicional dos atos administrativos a partir de uma visão pragmática e institucional.....	909
25.5.4	Fazenda Pública em juízo	912
25.5.5	Instrumentos de controle judicial da Administração Pública	917
25.5.6	<i>Habeas corpus</i>	917
25.5.6.1	Conceito e fontes normativas.....	917
25.5.6.2	Espécies de <i>habeas corpus</i>	917
25.5.6.3	Legitimidade	918
25.5.6.3.1	Legitimidade ativa	918
25.5.6.3.2	Legitimidade passiva.....	918

25.5.6.4	Objeto.....	918
25.5.6.5	Prazo.....	919
25.5.6.6	Competência	919
25.5.6.7	Procedimento, decisão e coisa julgada.....	920
25.5.7	Mandado de segurança individual	921
25.5.7.1	Conceito e fontes normativas.....	921
25.5.7.2	Espécies de mandado de segurança	921
25.5.7.3	Legitimidade	921
25.5.7.3.1	Legitimidade ativa.....	921
25.5.7.3.2	Legitimidade passiva.....	922
25.5.7.4	Autoridade coatora.....	923
25.5.7.5	Objeto.....	925
25.5.7.6	Hipóteses de não cabimento do mandado de segurança	926
25.5.7.7	Prazo.....	927
25.5.7.8	Competência	929
25.5.7.9	Decisão e coisa julgada	930
25.5.8	Mandado de segurança coletivo.....	931
25.5.8.1	Conceito e fontes normativas.....	931
25.5.8.2	Legitimidade	931
25.5.8.3	Objeto.....	933
25.5.8.4	Decisão e coisa julgada	934
25.5.9	Mandado de injunção.....	935
25.5.9.1	Conceito e fontes normativas.....	935
25.5.9.2	Espécies de mandado de injunção	936
25.5.9.3	Legitimidade	936
25.5.9.3.1	Legitimidade ativa.....	936
25.5.9.3.2	Legitimidade passiva.....	936
25.5.9.4	Objeto.....	937
25.5.9.5	Prazo.....	937
25.5.9.6	Competência	938
25.5.9.7	Procedimento, decisão e coisa julgada.....	939
25.5.9.8	Mandado de injunção x ação direta de inconstitucionalidade por omissão	942
25.5.10	<i>Habeas data</i>	943
25.5.10.1	Conceito e fontes normativas.....	943
25.5.10.2	Legitimidade	943
25.5.10.2.1	Legitimidade ativa.....	943
25.5.10.2.2	Legitimidade passiva.....	944
25.5.10.3	Objeto.....	944
25.5.10.4	Prazo.....	945
25.5.10.5	Competência	945
25.5.10.6	Procedimento, decisão e coisa julgada.....	946

25.5.11	Ação popular	947
25.5.11.1	Conceito e fontes normativas.....	947
25.5.11.2	Legitimidade	947
25.5.11.2.1	Legitimidade ativa	947
25.5.11.2.2	Legitimidade passiva.....	948
25.5.11.3	Objeto.....	949
25.5.11.4	Prazo.....	949
25.5.11.5	Competência	949
25.5.11.6	Procedimento, decisão e coisa julgada.....	950
25.5.12	Ação civil pública.....	951
25.5.12.1	Conceito e fontes normativas.....	951
25.5.12.2	Legitimidade	951
25.5.12.2.1	Legitimidade ativa	951
25.5.12.2.2	Legitimidade passiva.....	953
25.5.12.3	Objeto.....	953
25.5.12.4	Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).....	954
25.5.12.5	Inquérito civil.....	955
25.5.12.6	Prazo.....	955
25.5.12.7	Competência	955
25.5.12.8	Procedimento, decisão e coisa julgada.....	955
25.5.13	Ação de improbidade administrativa.....	957
25.5.13.1	Conceito e fontes normativas.....	957
25.5.13.2	Legitimidade	959
25.5.13.2.1	Legitimidade ativa	959
25.5.13.2.2	Legitimidade passiva.....	960
25.5.13.2.2.1	Agentes públicos	960
25.5.13.2.2.2	Agentes políticos e a Lei 8.429/1992...	962
25.5.13.2.2.3	Membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas: peculiaridades.....	964
25.5.13.2.2.4	Terceiros	966
25.5.13.3	Objeto.....	967
25.5.13.4	Atos de improbidade administrativa	967
25.5.13.4.1	Enriquecimento ilícito (art. 9.º da Lei 8.429/1992)...	968
25.5.13.4.2	Danos ao erário (art. 10 da Lei 8.429/1992)	971
25.5.13.4.3	Violação aos princípios da Administração Pública (art. 11 da Lei 8.429/1992)	975
25.5.13.4.4	Ordem urbanística (art. 52 da Lei 10.257/2001 – Estatuto da Cidade).....	978
25.5.13.5	Prazo.....	978
25.5.13.6	Competência	982
25.5.13.7	Procedimento, decisão e coisa julgada.....	982

25.5.13.8	Acordo de Não Persecução Civil (ANPC)	989
25.5.13.9	Reforma da LIA pela Lei 14.230/2021 e retroatividade limitada da lei mais benéfica no Direito Administrativo Sancionador.....	991
25.5.14	Sistema brasileiro de combate à corrupção e a Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).....	994
25.6	Resumo do capítulo	1002
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		1007